

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Biegging

Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-530-5

2025

*Raphaella Freitas Petkovic
Douglas Alexandre Leonel*

HOMOSSEXUALIDADE:
DA ANTIGUIDADE À ATUALIDADE

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-530-5.2

RESUMO:

A homossexualidade é um fenômeno social e também individual. Este trabalho tem como finalidade abordar os aspectos históricos e transculturais da homossexualidade e, posteriormente, seu papel na sociedade contemporânea. Tal abordagem se faz necessária para compreender melhor os aspectos que cerceiam a homossexualidade, considerando que ainda há muita oposição com bases morais e religiosas, provocando a marginalização e deixando os homossexuais sujeitos à discriminação. O conceito de homofobia surge para explicar grande parte da negatividade que cerca a homossexualidade. Não obstante, a sociedade está respondendo às necessidades legítimas dos gays e lésbicas de muitos modos importantes. As conclusões, baseadas em uma defesa efetiva do tema e nas evoluções acerca das questões homossexuais com o passar dos tempos, oferecem subsídios para que a homossexualidade seja considerada perante todos e ingresse na posição de consenso da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Homossexualidade. LGBTQIA+. História.

INTRODUÇÃO

A homossexualidade acompanha a história humana desde seus registros mais antigos, manifestando-se em mitologias, práticas sociais, rituais, produções culturais e estruturas de poder em diversas sociedades. Embora seja parte constitutiva da pluralidade humana, ao longo do tempo recebeu diferentes interpretações — da aceitação plena à repressão violenta, passando pela patologização e criminalização.

As sociedades, moldadas por discursos religiosos, políticos e científicos, construíram múltiplas narrativas sobre o amor e o desejo entre pessoas do mesmo gênero. Como afirma Gikovate (2000, p. 133), “a homossexualidade é uma alteração comum da rota natural da sexualidade”, indicando a necessidade de compreendê-la como variante legítima da expressão humana, e não como desvio ou anomalia.

Nos séculos XX e XXI, o debate sobre a diversidade sexual e de gênero ganhou novos contornos, sobretudo diante do fortalecimento dos movimentos sociais e da ampliação de pesquisas nas ciências humanas. Autores como Butler (2021), Miskolci (2021) e Junqueira (2020) salientam a necessidade de diferenciar orientação sexual e identidade de gênero, distinção que tem fundamentado a recente separação analítica das siglas LGB e TQIA+. Essa separação, longe de fragmentar o movimento, permite análises mais precisas, ações políticas mais eficazes e maior reconhecimento das especificidades que atravessam cada grupo.

Este trabalho busca investigar o percurso histórico da homossexualidade desde a antiguidade até a atualidade, demonstrando como as construções simbólicas e institucionais moldaram — e continuam moldando — as experiências de pessoas LGBTQIA+. Também discute os avanços legais, as resistências sociais, a homofobia e a violência estrutural, além da emergência de movimentos que reivindicam cidadania, reconhecimento e políticas públicas inclusivas.

DEFINIÇÃO DE HOMOSSEXUALIDADE

Ao abrirmos o dicionário Aurélio para encontrar a definição da palavra Homossexual, tem-se que “1. Referente a atos sensuais entre indivíduos do mesmo sexo. / 2. Pessoa que tem afinidade sexual somente para indivíduos do mesmo sexo”. Já ao buscarmos na internet, mais precisamente no site Wikipédia, encontramos uma definição mais abrangente: “Homossexualidade (do grego *homos* = igual + latim *sexus* = sexo) refere-se ao atributo, característica ou qualidade de um ser, humano ou não, que sente atração física, estética e/ou emocional por outro ser do mesmo sexo. Enquanto orientação sexual, a homossexualidade se refere a “um padrão duradouro de experiências sexuais, afetivas e românticas principalmente entre pessoas do mesmo sexo”. Também refere-se a um indivíduo com senso de identidade pessoal e social com base nessas atrações, manifestando comportamentos e aderindo a uma comunidade de pessoas que compartilham da mesma orientação sexual”.

Gikovate (2000, p. 13), ao abordar o tema, considera a homossexualidade como uma fácil e comum alteração da rota natural da nossa sexualidade, desconsiderando-a uma doença.

No decorrer da história da humanidade, os homossexuais eram tolerados ou condenados, de acordo com a época e cultura nas quais estavam inseridos. Alguns eram vistos como melhorias para a sociedade, enquanto outros eram considerados pecadores ou portadores de algum tipo de doença, sendo até mesmo proibidos por lei. No século XX a homossexualidade deixou de ser classificada como doença ou desvio de conduta e vem sendo discriminada gradativamente. Porém, os direitos das relações entre pessoas do mesmo sexo entre os países. Em alguns países o casamento entre homossexuais é legalizado, em outros, homossexuais são considerados criminosos e podem até ser condenados à morte.

Existem algumas datas que são consideradas muito importantes no caminho da aceitação dos homossexuais perante a sociedade:

- 1973 - A Associação Americana de Psiquiatria deixa de considerar a homossexualidade doença.
- 1975 - A Associação Americana de Psicologia faz o mesmo, e tira a homossexualidade do seu rol de doenças.
- 1985 - O Conselho Federal de Psicologia do Brasil (CFP) deixa de considerar a homossexualidade um desvio sexual
- 1999 - O CFP estabelece normas para a atuação de psicólogos em relação à orientação sexual, determinando que "*a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão*" e que os psicólogos não devem participar de ações que proponham tratamento ou cura da homossexualidade, sob pena de terem seu registro cassado.
- 1990 - No dia 17 de Maio de 1990, data esta considerada muito importante, a Organização Mundial de Saúde (sigla OMS) retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais, a Classificação Internacional de Doenças (sigla CID).
- 1991 - A Anistia Internacional determina que a discriminação contra homossexuais seja considerada uma violação aos direitos humanos.

A SIGLA LGBT E SUAS EVOLUÇÕES

O termo LGBT é um acrônimo para Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros. De forma geral, gays e lésbicas são pessoas que sentem atração emocional e sexual por indivíduos do mesmo sexo.

Pessoas bissexuais podem se apaixonar tanto por indivíduos do sexo masculino quanto do feminino. Já o termo transgênero descreve pessoas cuja identidade de gênero não corresponde às definições socialmente construídas de “homem” ou “mulher”, incluindo transexuais, travestis, transformistas, crossdressers, hermafroditas e andróginos. Enquanto gay, lésbica ou bissexual se referem à orientação sexual, transgênero refere-se à identidade de gênero (Butler, 2004; Preciado, 2013).

No Brasil, a sigla surgiu inicialmente como GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), refletindo os primeiros movimentos de visibilidade sexual. Posteriormente, com o aumento das políticas contra a homofobia, passou-se a utilizar GLBS (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes). Com o tempo, o reconhecimento de pessoas que não se enquadravam nessas categorias levou à inclusão de transgêneros, originando a sigla GLBT. Em 8 de junho de 2008, na 1ª Conferência Nacional GLBT em Brasília, foi aprovada a alteração da sigla para LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), valorizando a presença das lésbicas e aproximando a sigla brasileira às práticas internacionais (Conferência Nacional GLBT, 2008).

Nos anos seguintes, houve uma ampliação da sigla para LGBTI, incluindo intersexuais, depois para LGBTQIA, incorporando Queer e Assexuais, e em seguida LGBTQIAP+, acrescentando Pessoas Pansexuais e outras identidades (Santos, 2017). Mais recentemente, movimentos internos sugeriram a separação das letras referentes a orientação sexual (LGB) das letras referentes a gênero e outras identidades (QIAP+), buscando maior clareza na representação das demandas e políticas públicas para cada grupo (Silva, 2021).

Essa evolução demonstra a constante adaptação da linguagem e da sigla para abarcar a diversidade da comunidade, reconhecendo novas identidades e expressões de gênero, bem como a complexidade das orientações sexuais.

A HOMOSSEXUALIDADE NA HISTÓRIA

Considerada a diversidade da cultura humana, não surpreende dizer que a homossexualidade seja expressa com uma ampla variedade de formas, e vista de maneiras diferentes durante importantes períodos históricos, em diferentes culturas e sociedades. Em algumas épocas e localidades, a homossexualidade era aceita na sociedade, sem problema algum, em harmonia com os demais. Em outros contextos, é considerada ofensa moral, punível com prisão ou morte; ou até mesmo dita como doença, digna de ser curada com tratamento médico. A seguir, vemos um breve relato da homossexualidade em principais momentos da História.

EGITO (SÉC V A.C.)

No Egito, a cultura homossexual inicia-se com um exército homossexual, chamado de Sagrado Exército de Tebas. Tebas foi por mais de 2000 anos a maior e melhor cidade do Egito, chegando a ser considerada sagrada. O exército era formado por mais de 150 casais de amantes. Inclusive, quando um jovem se alistava no exército, seu equipamento era dado pelo seu parceiro. Tal exército manteve-se invicto por mais de 40 anos, sendo transformado em lenda. Perderam apenas para Felipe, rei da Macedônia, pai de Alexandre o Grande. Alexandre foi quem mais à frente destruiu a cidade. Consta também, entre os registros egípcios, um conto sobre duas divindades que vinham à Terra e faziam sexo com dois homens. Importante ressaltar também que no Egito, os nobres possuíam escravas e escravos para a prática sexual, além dos jovens pajens.

GRÉCIA (SÉC. III A.C.)

Na mitologia grega, verificam-se diversos deuses, semideuses e seres bissexuais ou homossexuais. O mais famoso de todos é o casal Zeus e Ganimedes. Hércules, famoso por suas habilidades e força, também amava a Filoctes, Nestor, Adônis, Jasão e outros, mas o seu amor era evidente quando se tratava de seu sobrinho Iolau. Apolo, deus da beleza e da eterna juventude, além de seus incontáveis amores femininos, também teve inúmeros amantes do sexo masculino. O rapto de jovens era comum, aconteceu com Himeneu, Ciparisso, Carnus, Hipólito, entre outros. Já o Deus do vinho, Dionísio, gostava de festas e banquetes.

No que concerne à cultura, podemos citar a educação dos rapazes atenienses: ela se dava através de laços de amizade e prática homossexual com seus mentores. Se algum cidadão ateniense não exercesse a adoção de jovens, e se encarregasse da educação dele, era acusado de omissão em seus deveres como cidadão. Era uma obrigação social tão importante quanto pagar impostos. Mas como isso acontecia? Diz-se que os garotos, após os 12 anos de idade (nunca abaixo dessa idade, acredita-se que por conta de ser o ápice da puberdade), procuravam um adulto para sua educação. Com a aprovação da família e do garoto, o mesmo praticava sexo homossexual passivo (que é quando o rapaz recebe a penetração) até completar seus 18 anos de idade com o mentor, que deveria lhe ensinar todos os conhecimentos sobre a vida. Depois desse período, o garoto então se tornava ativo (que é quando o rapaz penetra o outro) e deveria ser mentor de outro jovem, até se casar, o que geralmente ocorria quando o rapaz estava próximo a completar 25 anos de idade. Certamente, muitos mentores acabavam se acostumando e continuavam com a prática homo. O lema era: homens para o prazer, mulheres para a procriação. Era colocado em discussão o “verdadeiro amor”:

“Se houvesse maneira de conseguir que um estado ou um exército fosse constituído apenas por amantes e seus amados, estes seriam os melhores governantes da sua

cidade, abstendo-se de toda e qualquer desonra. Pois que amante não preferiria ser visto por toda a humanidade a ser visto pelo amado no momento em que abandonasse o seu posto ou pousasse as suas armas. Ou quem abandonaria ou trairia o seu amado no momento de perigo?"
Platão - O Banquete (428 a.C - 348 a.C)

Há também a não menos importante história de Alexandre, o Grande. Aos 20 anos, Alexandre assumiu o trono da Macedônia, no norte da Grécia de hoje. Nascido em 356 a.C., desde pequeno manuseava lanças, virando chefe de exército antes dos 18 anos. Mas não era um bruto. Nas crises, repetia a *Ilíada*, o poema de Homero sobre a guerra de Tróia. Discutia literatura, ética e metafísica com desenvoltura: afinal tinha sido discípulo de Aristóteles, um dos maiores pensadores da humanidade. No início do governo, queria derrotar o Império Persa. Com muita ambição, superou as expectativas dos seditos e, em 12 anos de lutas, criou uma superpotência ao tomar conta de 90% do mundo então conhecido, expandindo o seu império até a Índia e a Ásia, fundou 70 cidades, fomentou o comércio e a troca de culturas. Incentivou o casamento de seus auxiliares com asiáticas, escolhendo a iraniana Roxane para esposa.

Mesmo casando-se com ela, continuava tendo como amantes sexuais seu amigo de infância Hefestion e o eunuco Bágoas. Caso julgasse necessário, era impiedoso, mas se notabilizou por transformar adversários em aliados e por conduzir os soldados com carisma. O que Alexandre queria mesmo era ser adorado como um deus. A certa altura, deixou de ouvir seus oficiais, perdeu apoio e começou a abusar do álcool. Ao seu lado, permanecia o amigo e companheiro sexual Hefestion, que se excedeu no vinho até a morte. Alexandre chorou por dias a perda do amado, raspou a cabeça e chegou a decretar luto. Era um verdadeiro amor. Com a saúde debilitada pelas guerras, acabou morrendo depois de uma bebedeira, em uma festa que durou cinco dias. Tinha 32 anos e não deixou herdeiros, mas seu legado desdobrou-se no surgimento do Império Romano e na expansão do cristianismo.

É importante ressaltar que não há qualquer registro de que a homossexualidade tenha sido amplamente aceita na Grécia antiga, mas também não há registros de que ela tenha sido encarada como um problema, como atualmente. A bissexualidade, naquela época, era vista como prova de virilidade. Já o sexo homossexual, era uma forma de troca de energias, sexo puramente carnal.

ROMA (SÉC. I D.C.)

Não houve outro império poderoso e glorioso como o romano. Dos últimos quinze imperadores, apenas o imperador Cláudio não deixou referências quanto a sua homo ou bissexualidade. Julio César, Tibério, Calígula, Nero, Adriano, Heliogábalo, Galba, Caracala, foram adeptos do amor proibido. Havia muita luxúria proporcionada pela ostentação e riqueza, o que proporcionava a ocorrência nos palácios de diversas orgias entre homens. Eles também se vestiam de mulher (semelhante ao nosso carnaval). Até Constantino (312 D.C), a homossexualidade não era vista como um problema perante a sociedade.

Na chamada "Era das Trevas", houve muita ignorância. A vontade de Deus era o que impulsionava as ações dos seres humanos, inclusive em situações cruéis. A ascensão do Cristianismo em Roma mudou diversos valores da época, caçou hereges e perseguiu aqueles que eram considerados "diferentes". O papa passa a ter poder divino sobre a terra e a religião em Roma seguiu adiante. Casos de papas homossexuais fizeram parte da história da Igreja, como o Papa João XXII, que chegou a ser expulso da Igreja pela realização de diversas orgias bissexuais. Porém, ser trazido de volta pela Igreja, acabou sendo assassinado pauladas em 964, aos 24 anos, por um esposo traído que o pegou em flagrante. No ano de 1123, declaram-se nulos os de casamentos de padres. Mulheres, animais fêmeas, adolescentes belos e até instrumentos musicais foram proibidos nos mosteiros, numa tentativa maciça de diminuir a tentação aos religiosos. Cantos

que misturavam tons muito agudos foram banidos sob o pretexto de serem homoeróticos e influenciarem a homossexualidade. A pureza da alma neste momento dependia somente do sexo e do desejo.

SANTA INQUISIÇÃO (1229 A 1826)

O papa Gregório instituiu o direito ao Tribunal do Santo Ofício, em 1229, e ordenou o combate às mazelas difundidas em toda a Europa. Somente em Estrasburgo, na época território alemão, foram queimados mais de 80 homens, mulheres e crianças, somente no primeiro ano da inquisição. Os homossexuais sofriam muito, pois somente no Brasil, já no século XVII, foram registradas 4.419 denúncias de sodomia, e destes, trinta foram enviados à Metrópole e condenados à fogueira.

A sodomia era considerada a pior das heresias. Para os homossexuais, o determinante era a idade. Após as confissões, que eram sempre obtidas na base da tortura, o indivíduo abaixo de quinze anos era preso por três meses. Acima de quinze anos, deveria ir preso e posteriormente pagar multa. Já os adultos deveriam pagar multas, sob pena de terem suas genitálias amarradas, devendo andar nus pela cidade, e posteriormente seriam açoitados e depois expulsos da província. Caso fosse maior de trinta e três anos, o acusado era julgado sem direito a defesa e, caso fosse condenado, era queimado em fogueira e seus bens eram confiscados. Neste período, existem relatos de pelo menos dois papas homossexuais: Paulo II e Alexandre VI.

RENASCENÇA

A Renascença foi a retomada das idéias gregas e romanas, e teve dois pontos principais para seu sucesso: uma burguesia mais forte, movida pelos artesãos e comerciantes, e a invenção da prensa gráfica móvel em 1456, pelo alemão Gutemberg. Com isso, a escrita

passou a ser algo popular. Os livros produzidos pelos que dominavam a escrita não eram acessíveis à grande parte da população. Mesmo que se tenha conhecimento que o primeiro livro publicado foi a Bíblia, em menos de 10 anos o volume de obras ultrapassou o que os monges fizeram à mão por quinze séculos.

Com defensores públicos do amor entre iguais, a homossexualidade foi tornando-se causa de penas leves e raras execuções. Além de Botticelli e Michelangelo, que tinham fortes evidências de homossexualidade, a mais comentada era a de Leonardo da Vinci (1452-1519). Em 1476, foi acusado de sodomia (O homossexualismo era crime em Florença), em um “crime” onde ele e mais três jovens do ateliê onde trabalhava teriam mantido relações com o prostituto Jacopo Saltarelli (prostituição também era crime). Mas a acusação acabou sendo arquivada por falta de provas. Porém, anos mais tarde, em 1490, Giacomo Salaï, um jovem florentino, passou a morar com o pintor, e os dois acabaram virando amantes. Inclusive, para alguns estudiosos, a homossexualidade do artista estaria expressa na *Mona Lisa*, pois ela seria um auto-retrato feminino de da Vinci.

Com isso, por mais que houvesse alguma tolerância, os homossexuais iriam ser atacados pelos protestantes mais à frente, que mesmo defendendo a educação de seu povo, viam homossexuais e prostitutas como escória social na terra e no divino, restando-lhes apenas os julgamentos e execuções.

AMÉRICAS PRÉ-COLOMBIANAS

Em toda a América do Norte via-se sodomia entre as tribos nativas. Em tribos como os Sioux, o travestismo era parte da cultura. Os astecas tinham até um deus patrono da homossexualidade e da prostituição, chamado Xochipili. Práticas rituais com sexo entre homens também foram freqüentes, enquanto prisioneiros também eram vítimas de estupro.

Na América do Sul, em algumas tribos de caçadores, homens que não se familiarizassem com o papel social de seu gênero poderiam juntar-se às mulheres nos seus afazeres (agricultura e cuidados domésticos). Para participarem do grupo feminino, deveriam assumir aparência feminina, deixar os cabelos longos e serem passivos (ou seja, deveria permitir que outros homens os penetrassem). Os conquistadores europeus caçavam os nativos travestidos, conforme ensinado em sua terra natal.

No Brasil, o sexo homossexual era muito praticado entre os índios. Em algumas tribos, inclusive, o sexo homossexual era a forma de curandeiros passarem seus conhecimentos. Rituais de iniciação fazem parte da tradição do índio entrando na puberdade, em muitas comunidades inclui-se a iniciação sexual entre homens. O *baito*, tenda dos homens, foi presenciado no Séc. XIX pelo naturalista alemão *Karl Von den Steiner*. Deste modo, tribos que não tinham muitas mulheres escolhiam alguns homens para se tornarem “moças”, que se travestiam, assumiam aparência feminina e viravam passivos.

BRASIL COLÔNIA

Em 1549, em visita ao Brasil, o Padre Manoel da Nóbrega ficou perplexo ao perceber que muitos colonos mantinham índios como se fossem suas mulheres. Foi o primeiro a observar a prática da sodomia no Brasil. (TREVISAN, 2000: p. 65). Os portugueses perceberam também, não só entre os Tupinambás, mais nos mais diversos povos indígenas, um grande número de travestidos. Os homossexuais masculinos eram chamados de tibia e as lésbicas de çacoaimbeguira (FREYRE, 1998).

Tribos como os tupinambás e tupinaés, tinham a homossexualidade como prática normal dentro de suas aldeias, induzindo inclusive a prostituição, de modo que os que eram considerados “valentes” dominavam os mais fracos e faziam com que estes realizassem

todo tipo de práticas sexuais. Gabriel Soares e Pero de Magalhães de Gandovo, um colonizador, chegou a dizer em carta enviada à Portugal que “os índios se entregavam ao vício (homossexualidade) de tal forma como se neles não houvera razão de homens”. Entre os indígenas, havia um xingamento com o palavrão *tivira* ou *tibirô*, que significa na língua tupi: veado ou homem do traseiro roto.

Em 1584 aconteceu a primeira visita do Santo Ofício da Inquisição no Brasil, que tinha como responsável o padre Heitor Furtado de Mendonça. A Bahia foi o local desta inspeção. Durante a escravidão, a homossexualidade era recorrente entre os negros, uma vez que ainda não havia sido proibida. Tanto homens quanto mulheres eram vítimas de estupro pelos capatazes e senhores de engenho. Alguns historiadores afirmam que Zumbi dos Palmares, o herói negro brasileiro, também era homossexual.

Importante falar do caso de **Filipa de Sousa** (Tavira, 1556 — Brasil, c. 1600). Quando houve a primeira visitação do Santo Ofício à Bahia, Filipa foi denunciada por *práticas nefandas* (ato de manter relações sexuais com pessoas do mesmo gênero). Tinha trinta e cinco anos de idade. Foi detida em 18 de dezembro de 1591, vindo a confessar diversos relacionamentos e envolvendo mais seis mulheres, residentes em Salvador. Conforme consta nos autos do seu processo, Filipa foi denunciada por Paula de Siqueira, *cristã-velha*, de 40 anos de idade. Paula era acusada de possuir um livro proibido em sua casa, e acabou revelando seu romance com a mesma, tornando-se a sua principal acusadora. Em um dos seus depoimentos afirmou:

“...estando ela confessante em sua casa nesta cidade [do Salvador], veio a ela a dita e ambas tiveram ajuntamento carnal uma com a outra por diante e ajuntando seus vasos naturais um com o outro, tendo deleitação e consumando com efeito o cumprimento natural de ambas as partes como se propriamente foram homem com mulher.”

Após a leitura pública de sua sentença, Filipa foi atada ao pelourinho, açoitada e expulsa da capitania. Em sua homenagem, pelo

fato de ter sido a homossexual mais humilhada e castigada do Brasil Colônia, deu o seu nome à ONG Felipa de Souza (1998). Pela mesma razão, a International Gay and Lesbian Human Rights Commission instituiu o *Prêmio Felipa de Souza*, principal distinção internacional de direitos humanos dos homossexuais. No início do século XIX, entre os índios guaicurus, colonizadores encontraram os *cudinas*, homens castrados que se vestiam de mulher. Estes se dedicavam as atividades exclusivamente femininas como: tecer, fiar e fabricar potes.

Mesmo com os relatos de relações homoafetivas entre os indígenas desde o “descobrimento” do Brasil, Freyre (1998) supõe que a homossexualidade teria sido trazida pelos europeus e considera que essa prática não era conhecida entre os africanos. No entanto, Mott (1981, p. 28) ressalta que a homossexualidade sempre esteve presente também na África e nas demais áreas da diáspora negra, assim como ocorria no Brasil e na Europa.

Mott (1986) relata que, nas *Confissões e Denúncias do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição da Bahia e Pernambuco* (1591–1620) e do Grão-Pará (1763–1769), um lisboeta chamado Matias Moreira denunciou ao Tribunal um escravo negro da Guiné chamado Joane, pertencente a Bastião Faria, que era homossexual e exercia o “ofício de fêmea”. Em outras ocasiões, o antigo proprietário de Joane também compareceu ao Inquisidor, afirmando ter presenciado o escravo em práticas consideradas “nefandas” com outros escravos.

O mesmo lisboeta denunciou outro escravo, Francisco Manicongo, pertencente a Antônio Sapateiro, que mantinha práticas sexuais com outros negros. Segundo o relato, Francisco Manicongo vestia-se com roupas femininas, recusando as vestimentas masculinas fornecidas pelo senhor, sendo considerado o primeiro travesti negro documentado no Brasil. Por outro lado, pode-se interpretar Matias Moreira como um dos primeiros exemplos de homofobia institucionalizada, uma vez que denunciava negros que praticavam a homossexualidade ao Inquisidor, possivelmente motivado por

interesses econômicos: durante a Inquisição, um terço dos bens do denunciado era transferido ao denunciante por decreto do tribunal, o que explicaria a menor quantidade de denúncias envolvendo indígenas e negros em comparação com brancos (MOTT, 1986).

ILUMINISMO (SÉC. XVIII)

A chamada época do ouro, que tomou conta Europa e posteriormente do mundo, possuía em sua essência idéias de racionalismo, de ciência, de um homem que se tornava cada vez mais humano. E aí que começa a discriminação: neste período, a homossexualidade passa a ser considerada doença. Na verdade, foi descrita entre doença e etnia, querendo dizer que através das características de comportamento do indivíduo ele fizesse parte de um grupo étnico. O mundo era muito machista e fundamentalista. Tudo deveria ter uma explicação, com fundamento. A revolução francesa marca o fim do feudalismo e pregava liberdade, igualdade e fraternidade. Para o homossexual (sobretudo àqueles sem contatos políticos) existiam agora três obstáculos: Estado, Igreja e o Povo. Verificam-se várias tentativas de cura de homossexuais, obviamente, sem sucesso.

O SURGIMENTO DO MOVIMENTO LGBT E O PRECONCEITO

O movimento LGBT+ teve seus primeiros registros de mobilização organizada na Europa, especificamente na Holanda, em 1948. A sociedade holandesa, assim como as sociedades dinamarquesa, sueca e norueguesa, apresenta uma tradição de tolerância e respeito aos direitos humanos, o que possibilitou o surgimento de movimentos voltados à igualdade de direitos e à proteção contra

a discriminação por orientação sexual (Rivers, 2020). O início do movimento ficou marcado por mobilizações de grupos homossexuais em busca de direitos civis, incluindo a igualdade de direitos em uniões civis, além da proteção legal contra discriminação (Meyer, 2015). No mesmo período, na Argentina, surgiu o grupo "*Nuestro Mundo*", formado por ex-militantes do Partido Comunista expulsos justamente por serem gays, representando um dos primeiros movimentos organizados da América Latina (Ferrer, 2019).

Na década de 1960, surgiu um fenômeno social de cunho preconceituoso denominado skinheads, inicialmente no Reino Unido. O grupo, formado principalmente por jovens brancos, reunia elementos musicais e estético-comportamentais ligados à cultura *ska*, *reggae* e *rude boys*, sendo caracterizado pelo corte de cabelo raspado ("cabeça pelada") em sua primeira geração. Com o tempo, especialmente na segunda geração, alguns segmentos dos skinheads passaram a adotar posturas racistas, xenófobas e homofóbicas, promovendo confrontos e violência contra negros e pessoas LGBTQIA+ (Mudde, 2019; Simi & Futrell, 2015). No entanto, é importante destacar que o movimento skinhead não é homogêneo: existem grupos que mantêm a identidade cultural original sem manifestar preconceito ou violência contra minorias (Bennett, 2019).

O marco central do início do movimento LGBTQ+ global ocorreu com a Revolta de *Stonewall*, em 28 de junho de 1969, em *New York*. *Stonewall* era um bar frequentado por gays, lésbicas, pessoas trans e drag queens, que sofria constantes investidas policiais marcadas por repressão e violência. Durante a madrugada daquele dia, frequentadores do bar reagiram a uma dessas operações policiais, desencadeando protestos e confrontos que duraram quatro dias, sendo considerados o ponto de virada para a resistência organizada contra a opressão e a discriminação. Desde então, a data é celebrada mundialmente como o Dia do Orgulho LGBTQ+, símbolo de luta por direitos e visibilidade da diversidade sexual e de gênero (Carter, 2021; Faderman, 2015).

HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL: LUTA CONTRA A HOMOFOBIA

Segundo Falcão (2009), o Movimento Homossexual Brasileiro trata de uma série de manifestações sociopolítico-culturais em favor do reconhecimento da diversidade sexual, e pela promoção dos interesses dos homossexuais diante da sociedade brasileira. Desde 1978, com a fundação do jornal O Lampião, “o porta-voz dos homossexuais”, a comunidade passou a manifestar suas opiniões em meio a um regime militar tornando este o principal veículo de comunicação da sociedade homossexual.

A partir daí, começaram a surgir os grupos organizados em todo o país. Em 1979 surge, em São Paulo, o primeiro grupo: o Somos. Depois vieram o Somos/RJ, Atobá e Triângulo Rosa no Rio, Grupo Gay da Bahia, Dialogay de Sergipe, Um Outro Olhar de São Paulo, Grupo Dignidade de Curitiba, Grupo Gay do Amazonas, Grupo Lésbico da Bahia, Nuances de Porto Alegre, Grupo Arco-Íris do Rio, entre outros, sendo que, atualmente, existem aproximadamente 70 grupos espalhados por todo o Brasil, destinados a promover políticas públicas a favor dos homossexuais, políticas anti-homofóbicas, bem como combater o preconceito. Inclusive, atualmente, muito se fala em combater a homofobia. Mas afinal, o que é isso?

A homofobia é um neologismo criado pelo psicólogo *George Weinberg*, em 1971, numa obra impressa, combinando a palavra grega *phobos* (“fobia”), com o prefixo *homo-*, como remissão à palavra “homossexual”. Significa fobia, intolerância a lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Está diretamente relacionada a questões conservadoras, muitas vezes imposta por valores familiares ou religiosos. Daí o fato de ser algo muito recorrente: evangélicos, católicos fervorosos, conservadores, nazistas, skinheads... todos são grupos sociais que não são tolerantes ao homossexualismo, promovendo políticas contra e conseqüentemente provocando atos homofóbicos.

No sistema prisional, também surgem formas de agrupamentos e comportamento com o mesmo sexo que são distintas da homossexualidade que ocorre fora das prisões. Jovens do sexo masculino na prisão ficam vulneráveis ao estupro homossexual e à dominação por internos mais velhos, ou que sejam considerados “chefões”. Jovens efeminados, gays ou com aparência mais “frágil” correm o maior risco de ser vitimizados. Os homens que os vitimam se enxergam como heterossexuais, e os outros prisioneiros também. Estas relações são sob coação, sempre à força, e geralmente é permitida pois espera-se ganhar proteção de outros prisioneiros. Tal comportamento tem pouco a ver com a homossexualidade em si e é compreendido melhor como fenômeno social distinto que ocorre devido à falta de parceiros heterossexuais e política de poder sem restrições no pátio da prisão. Os médicos que cuidam dos prisioneiros precisam estar cientes deste fenômeno.

Neste âmbito, importante citar as observações de Varella (1999), em seu trabalho como médico voluntário durante quase vinte anos no interior do Carandiru (nome popular da “Casa de Detenção de São Paulo”). Segundo ele, as práticas homossexuais no interior do Carandiru eram exercidas com liberdade e consideradas “necessárias” devido ao fato de os encontros íntimos entre os presos e suas esposas ser permitido somente em dias de visita. Assim, o homossexual era tratado como uma mulher real, transfigurando-se, “casando-se” - confirmando a nova tendência, e acabava ganhando a “proteção” e respeito de seu “macho”. Porém, mais a frente, tais práticas sem preservativo, bem como o uso compartilhado de seringas, provocaram a disseminação do vírus HIV e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) dentro do Carandiru, problema esse que se alastrou até seu fechamento, em 2002.

Considerando as constantes mudanças sociais, o preconceito contra os homossexuais só começou a diminuir nas últimas décadas, e muito lentamente. Ainda existem inúmeros registros de morte de homossexuais, ataques de grupos homofóbicos e

entidades religiosas que se opõem aos projetos em andamento que favorecem os homossexuais.

A homofobia no Brasil também revela outras caras. Existe uma homofobia institucionalizada que os LGBT's encontram na maioria das instituições de acesso aos seus direitos.

Um exemplo da homofobia institucionalizada consiste nos chamados transgêneros. Desamparados por leis que reconheçam seus direitos, muitas vezes acabam apelando à prostituição como modo de sobrevivência, uma vez que a sociedade acaba por discriminá-los, não lhe dando empregos nem oportunidades de ascensão social, seja por seu nome masculino, pela aparência feminina e nome masculino, ou muitas vezes pela discriminação que acham que sofreriam em um emprego mais qualificado, entre outros.

O surgimento da AIDS, no início da década de 1980, marcou um período de grande estigmatização e homofobia. Inicialmente, a sociedade associou equivocadamente a doença exclusivamente à população gay, quando, na realidade, todas as pessoas sexualmente ativas ou que compartilhassem agulhas estavam em risco (Herek, 1999; Santos & Silva, 2018). Os pacientes enfrentavam não apenas o impacto físico da doença, mas também a discriminação social, dificuldade de acesso a empregos, tratamentos médicos precários e preconceito religioso, sendo comum ouvir interpretações de que a AIDS seria um "castigo divino" aos homossexuais (Courtwright, 2009). Essa realidade começou a ser transformada graças a políticas públicas de saúde, financiamento governamental e ao Programa Nacional de IST/AIDS, fruto da cooperação entre o Governo Federal e movimentos sociais, incluindo organizações LGBT, promovendo acesso a tratamento, prevenção e campanhas de conscientização (Brasil, 2022).

No contexto brasileiro, e especialmente em São Paulo, emergiu um movimento de visibilidade LGBT de grande relevância: a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. O evento ocorre desde 1997 na Avenida Paulista e, segundo o Guinness World Records, a edição

de 2006 foi considerada a maior parada LGBT do mundo, com aproximadamente 2,5 milhões de participantes estimados pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. A própria organização do evento afirma que, desde 2004, a marcha já se consolidou como a maior do gênero mundialmente (*Guinness World Records*, 2006).

A Parada reúne pessoas de diferentes identidades de gênero e orientações sexuais — incluindo lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, transexuais, queer, intersexuais e simpatizantes — e tem como principal pauta o combate à homofobia e à transfobia, direitos humanos e igualdade social (SPTurismo, 2022). Além de seu caráter político, o evento tornou-se também uma das maiores atrações turísticas do Brasil, sendo superado apenas pelo Carnaval do Rio de Janeiro em termos de fluxo de visitantes internacionais. As edições de 2007 e 2010 registraram estimativas de até 3,5 milhões de participantes, consolidando a Parada como um símbolo de resistência, diversidade e celebração da comunidade LGBT+ (SPTurismo, 2022).

O Programa Brasil Sem Homofobia, criado pelo Governo Federal por meio do Ministério da Saúde, representa uma das bases fundamentais para a promoção da cidadania e dos direitos humanos no Brasil, sendo um marco histórico na luta contra a discriminação e pelo respeito à diversidade sexual e de gênero (Brasil, 2004; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022). O programa reflete a consolidação da parceria entre poder público e sociedade civil organizada, bem como os avanços políticos conquistados pelo movimento LGBTQIA+ ao longo das últimas décadas.

O objetivo central do programa é promover educação, formação e mudança de atitudes entre gestores públicos e profissionais de diferentes setores, visando a prevenção da violência, da homofobia e da transfobia, além de estabelecer novos parâmetros para a definição de políticas públicas inclusivas (Silva & Oliveira, 2020). Entre suas ações estão o apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e organizações da sociedade civil, a capacitação de

profissionais e ativistas na defesa dos direitos humanos, a disseminação de informações sobre direitos e promoção da autoestima de pessoas LGBTQIA+, bem como o incentivo à denúncia de violações de direitos humanos cometidas contra o segmento (Brasil, 2004; Ministério da Saúde, 2021).

Atualmente, o programa mantém sua relevância ao articular políticas intersetoriais voltadas para a inclusão social, prevenção de violência e discriminação, e promoção da diversidade de gênero e sexualidade, servindo como referência para a implementação de ações afirmativas em todo o país (UNDP Brasil, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar os aspectos históricos, culturais e sociais da homossexualidade, bem como seu papel na sociedade contemporânea, destacando a necessidade de conscientização de que a homossexualidade não é doença, crime ou desvio moral, mas sim uma variação natural da orientação sexual humana (UNDP Brasil, 2022; Silva & Oliveira, 2020).

Historicamente, sociedades conservadoras impuseram intolerância em relação à homossexualidade, influenciadas por tradições religiosas, como a católica, e instituições repressivas como a Inquisição, que reforçaram estigmas e práticas discriminatórias em diversas partes do mundo (Foucault, 2019). Além disso, legislações civis que negam direitos às pessoas LGBTQIA+ reforçam sua exclusão social e contribuem para atos de violência, discriminação e marginalização (Amaral, 2021; *Human Rights Watch*, 2023).

No contexto brasileiro, essa realidade se mantém. O país registra altos índices de violência contra pessoas LGBTQIA+, incluindo homicídios e suicídios, evidenciando o impacto da homofobia

estrutural e da ausência histórica de políticas de proteção efetivas (ABGLT, 2022; *Human Rights Watch*, 2023). Estudos indicam que a homofobia está interligada ao machismo e à cultura de dominação social, refletindo-se inclusive nas relações homoafetivas, onde padrões de dominação simbólica são reproduzidos, como nas noções de ativo/passivo (Henningsen, 2021).

Portanto, é fundamental a conscientização social e a implementação de políticas públicas inclusivas, que promovam direitos iguais e combatam a discriminação de forma ampla. A homossexualidade deve ser compreendida como uma expressão legítima da diversidade sexual humana, independente de gênero, raça, religião ou classe social. Somente com educação, visibilidade e respeito à diversidade será possível reduzir o preconceito, a discriminação e a violência, fortalecendo sociedades mais justas e inclusivas (Ministério da Saúde, 2021; UNDP Brasil, 2022).

REFERÊNCIAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais. **Relatório anual sobre violência e direitos humanos da população LGBTQIA+ no Brasil**. São Paulo: ABGLT, 2022.

AMARAL, M. Direitos LGBTQIA+ e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 12, n. 3, p. 101-119, 2021.

BENNETT, A. **Skinhead culture**: The ideologies, music, and politics of a subculture. London: Routledge, 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual / Elaboração: André Luiz de Figueiredo Lázaro; Organização e revisão de textos: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos; Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CARTER, D. **Stonewall**: The riots that sparked the gay revolution. New York: St. Martin's Press, 2021.

FADERMAN, L. **The gay revolution**: The story of the struggle. New York: Simon & Schuster, 2015.

FALCÃO, K. J. **Formação Histórica da Homossexualidade**: Um Percurso Marcado Pela Discriminação e Pelo Preconceito. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/13193/1/FORMACAO-HISTORICA-DA-HOMOSSEXUALIDADE-UM-PERCURSO-MARCADO-PELA-DISCRIMINACAO-E-PELO-PRECONCEITO/pagina1.html#ixzz1CZD9sfy6>. Acessado em jan/2011.

FERRER, M. **Nuestro Mundo**: Historia del movimiento homosexual en Argentina. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2019.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. São Paulo: Editora Vozes, 2019.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record. 1998.

GIKOVATE, F. **Homem**: O Sexo Frágil? São Paulo: Summus. 2000.

HENNINGSEN, E. Machismo e homofobia: interseccionalidade na sociedade brasileira. **Revista Estudos de Gênero**, v. 9, n. 2, p. 45–62, 2021.

HUGO, V., in TRANSFERETTI, J. **Teologia e sexualidade**: um ensaio contra a exclusão moral. Campinas – São Paulo: Editora Átomo, 2004.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2023**: LGBT Rights. New York: Human Rights Watch, 2023.

LOPES, D. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. São Paulo: Aeroplano Editora. 2002

MEYER, D. **The politics of sexual identity**: Global perspectives on LGBT rights. Oxford: Oxford University Press, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes de atenção à saúde da população LGBTQIA+**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

MOTT, L. H. **Homossexualidade na África e na diáspora negra**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____, L. H. **História da homossexualidade no Brasil colonial**: Confissões e denúncias do Santo Ofício. São Paulo: Hucitec, 1986.

MOTT, L. /n: RUBERT, A. **A Igreja no Brasil. Origem e desenvolvimento (Século XVI)**. Santa Maria: Pallotti. 1981.

MUDEDE, C. **The far right today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

RIVERS, I. **LGBT+ rights and social change in Europe**: Past and present. London: Palgrave Macmillan, 2020.

SILVA, T.; OLIVEIRA, R. Políticas públicas e inclusão social LGBTQIA+: avanços e desafios no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, p. 45–63, 2020.

SIMI, P.; FUTRELL, R. **American swastika**: Inside the white power movement's hidden spaces of hate. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record. 2000.

UNDP BRASIL. **Direitos humanos e diversidade sexual no Brasil**. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2022.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

WEINBERG, G. **Society and the Healthy Homosexual**. New York: St. Martin's Press, 1971, reprinted 1983.

Raphaella Freitas Petkovic

Licenciada, Mestre e Doutora pela Universidade Paulista - UNIP. cursou o Doutorado em Psiquiatria da FMUSP, na área de Psiquiatria Social. Professora Universitária, Sexóloga e Neuropsicanalista. Possui diversas graduações e pós-graduações nas áreas de Psicologia, Educação, Gestão e Saúde. Autora e organizadora de diversos artigos, livros e capítulos de livros nas áreas de Gênero, Saúde Mental, Psiquiatria, Psicologia e Sexualidade, nas quais possui vasta experiência.

E-mail: raphafp@live.com

Douglas Alexandre Leonel

Mestre em Biociências pela UNESP de São José do Rio Preto. Licenciado em Ciências Biológicas, Química, Física e Pedagogia. Possui diversas pós-graduações nas áreas de Ciências e Educação. Professor no Centro Paula Souza. Pesquisador nas áreas de Biociências e Educação.

E-mail: douglasleonell@hotmail.com